

## OS MERCADOS DE TRABALHO DO RS – A DIVERSIDADE REGIONAL EM UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO <sup>1</sup>

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho<sup>2</sup>

### 1. Apresentação

Após uma série de trabalhos que enfocaram as transformações do mercado de trabalho gaúcho ao longo da década de 90<sup>(3)</sup>, o Núcleo de Estudos do Trabalho consolidou a convicção de que – na perspectiva de subsidiar a atuação dos segmentos sociais diretamente envolvidos com a problemática do trabalho e, especialmente, a formulação de políticas públicas – seria importante incorporar, em seus estudos, a dimensão regional, avançando no conhecimento da presumível diversidade do mercado de trabalho nas diferentes porções do território estadual. Os nexos entre a trajetória do mercado de trabalho e o processo de reestruturação produtiva (Fligenspan, 2000), buscados nos estudos realizados na abrangência estadual, poderiam, ademais, tornar-se mais reconhecíveis, quando particularizadas as realidades econômicas de espaços regionais mais delimitados.

Desde o seu título, o projeto em andamento no núcleo – “Mercados Regionais de Trabalho no Rio Grande do Sul: manifestações da reestruturação produtiva” – assume uma perspectiva de que a realidade da ocupação e do emprego, no Estado, é plural.

Como etapa basilar da pesquisa, buscou-se levantar, sistematizar e analisar os indicadores de fontes secundárias que, em nível municipal, permitissem caracterizar o

---

<sup>1</sup> Este texto foi submetido para publicação na revista Indicadores Econômicos FEE, v. 30 n.01, aguardando ainda posicionamento da publicação. Sintetiza aspectos selecionados do relatório parcial, concluído em janeiro de 2002, do projeto “Mercados Regionais de Trabalho no Rio Grande do Sul: manifestações da reestruturação produtiva”, financiado pela FAPERGS e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE, com participação das Professoras Vânia Herédia (UCS) e Sônia Larangeira (UFRGS).

<sup>2</sup> Sociólogo, técnico da FEE.

Mais do que agradecimentos, impõe-se o crédito autoral aos demais integrantes da equipe que produziu, coletivamente, os resultados aqui abordados: Maria Isabel H. da Jornada (coordenadora), Raul Luis A. Bastos, Sheila S. W. Sternberg, Walter A. Pichler e Ilaine Zimmermann. Ao estagiário Pedro Henrique Preussler e ao bolsista Juan Marcelo Schenkel Rivera, o reconhecimento pela colaboração na pesquisa.

<sup>3</sup> Por exemplo: DE TONI, XAVIER SOBRINHO (1998); BASTOS (2000); XAVIER SOBRINHO et alii (2000).

mercado de trabalho e a estrutura produtiva, ao longo da década de 90. Essas informações foram agregadas de acordo com a subdivisão do Estado em 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), unidade escolhida para a regionalização do Rio Grande do Sul, tendo em vista sua crescente importância institucional.

Os primeiros resultados desse tratamento, consolidados em recente relatório parcial do estudo<sup>4</sup>, são o fundamento do presente artigo, que, após esta introdução, apresenta uma seção que caracteriza a pesquisa em andamento, com ênfase em aspectos metodológicos e, logo após, traz alguns dos resultados preliminares relativos à realidade dos mercados regionais de trabalho.

## **2. O projeto em curso**

O projeto se subdivide em duas etapas principais. A primeira, da qual deriva este texto, consiste em uma sistematização e uma análise de dados secundários. A segunda prevê a realização de pesquisa de campo em quatro COREDEs.

### **2.1. As fontes de dados**

Para o estudo da estrutura produtiva utilizaram-se as séries do Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Adicionado Bruto (VAB), produzidas pelo Núcleo de Contabilidade Social (NCS) da FEE. Os indicadores dos mercados de trabalho utilizados foram os dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, bem como os das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Até o momento, não foi possível contar com as tabulações do Censo de 2000 referentes à mão-de-obra nos municípios, as quais serão de fundamental importância para analisar a trajetória dos mercados regionais de trabalho. A caracterização dos movimentos ocorridos ao longo da década de 90 ficou, provisoriamente, restrita à série da RAIS, e, portanto, ao emprego formal. Os outros levantamentos do IBGE – a Pesquisa Mensal de

---

<sup>4</sup> Resultados parciais deram origem a alguns artigos já publicados, como STERNBERG, JORNADA, XAVIER SOBRINHO (2000), JORNADA (2001), STERNBERG (2000), BASTOS (2002).

Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)<sup>5</sup> – não sustentam a regionalização proposta na pesquisa.

Ainda que constituam uma referência temporal recuada e não permitam uma abordagem dinâmica do mercado de trabalho, os resultados do Censo de 1991 são fundamentais para caracterizar a diversidade das realidades regionais, em dimensões como taxas de participação, taxas de desemprego e perfil da PEA e da PIA, que não é possível apurar através dos registros administrativos do Ministério do Trabalho. Do Censo de 1991 foram utilizadas tabulações da publicação impressa – tanto do capítulo População quanto do capítulo Trabalho –, bem como, para alguns cruzamentos, resultados de consultas ao Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática), realizadas via Internet. Em alguns casos, identificaram-se pequenas discrepâncias entre esses indicadores. Outra questão metodológica se colocou: ao divulgar as primeiras tabulações do Censo de 2000, o IBGE apresentou um recálculo de resultados do Censo de 1991, visando a garantir a comparabilidade das duas edições do levantamento. Essa revisão envolve, diretamente, a municipalização dos dados: estende para 1991 mudanças efetuadas em 2000 na definição dos setores censitários, muitas delas decorrentes de emancipações de municípios. Na medida em que os dados municipais são, na pesquisa, um elemento intermediário – para a composição dos indicadores por região –, e tendo-se presente que a maioria das emancipações se processam no âmbito de um mesmo COREDE, optou-se, por razões operacionais, em não aplicar ajustes às informações referentes ao Censo de 1991, nos diferentes cruzamentos utilizados no tratamento dessa fonte. Apenas a população total das regiões foi recalculada com base na revisão do IBGE.

Ainda no que diz respeito ao Censo de 1991, algumas variáveis importantes não foram incorporadas à análise, por não se encontrarem disponíveis. A equipe solicitou ao IBGE tabulações especiais, mas as mesmas não foram, até o momento, remetidas. Essas lacunas dizem respeito à população economicamente ativa nos municípios, sobretudo no

---

<sup>5</sup> As PNADs foram utilizadas, no relatório, para descrever os principais movimentos do mercado de trabalho rio-grandense. No presente artigo, na medida em que o foco são as realidades regionais, não serão utilizados os resultados provenientes dessa fonte.

que se refere aos ocupados. Não foi possível caracterizar esse contingente quanto à posição na ocupação<sup>6</sup>, tampouco quanto a atributos como escolaridade e faixa etária, por exemplo.

Uma vez que a apreensão dos principais movimentos verificados na década, em cada COREDE, fica restrita, neste momento, à série do emprego formal, cabe lembrar que as bases da RAIS são alimentadas pelas informações prestadas, por determinação legal, pelos estabelecimentos empregadores. Trata-se de registros administrativos, que não sofrem checagem ou crítica por parte do MTE. A utilização de informações na abrangência geográfica de municípios aumenta a margem de erro. Embora a cobertura da RAIS esteja estimada em mais de 90% do universo dos potenciais declarantes, pode haver graus diferenciados de perda de informações conforme o porte dos municípios, o que distorceria comparações regionais. Ademais, eventuais erros podem assumir dimensões relevantes no cômputo geral de municípios pequenos.

Outro aspecto importante extrapola a confiabilidade dos registros, envolvendo o alcance da análise neles embasada. Uma apreensão da dinâmica do mercado de trabalho que se fundamente apenas nos vínculos legalizados de trabalho é, por princípio, parcial. Porém essa restrição tem conseqüências ainda mais importantes quando se trata de **comparar** a realidade de regiões que têm grande heterogeneidade quanto à distribuição da população ocupada segundo a posição na ocupação, o que implica de forma direta o grau de formalização de seus vínculos de trabalho. Essas diferenças se associam, entre outros fatores, à própria distribuição setorial da ocupação. Um exemplo extremo é a agropecuária, setor em que, considerados os dados da PNAD, os vínculos não formais, no Estado, representam mais de 90% do total de ocupados, ao longo da década de 90. Para regiões em que as atividades agropecuárias têm participação destacável, a distorção de utilizar-se apenas os dados da RAIS é, naturalmente, mais aguda.

Na tabela abaixo, comparou-se o total de trabalhadores apreendido pela RAIS de 1991 com o número de ocupados levantado no Censo Demográfico do mesmo ano, em cada COREDE. Trata-se de um procedimento aproximativo, mas que resulta em uma primeira evidência, bastante eloqüente, da diversidade da composição dos mercados regionais de

---

<sup>6</sup> No caso da posição na ocupação, os resultados disponíveis estavam agrupados em categorias insuficientes para a análise qualitativa da inserção no mercado de trabalho. Na categoria assalariados, por exemplo, não eram discriminados aqueles que tinham carteira de trabalho assinada ou não.

trabalho, no que diz respeito à formalização das relações de trabalho, e, por consequência, dos limites de uma análise restrita à RAIS.

No COREDE Metropolitano Delta do Jacuí obteve-se a mais alta razão entre os registros da RAIS e os do Censo Demográfico: o contingente de trabalhadores abrangido pela primeira fonte equivalia a 75% daquele abarcado pela segunda. No extremo oposto, para a Região Médio Alto Uruguai, essa relação limitava-se a 9%.

Quando se considera a estratificação dos COREDEs que é utilizada no projeto – a qual será detalhada a seguir –, resulta uma discrepância bastante elevada no que se refere à proporção que a RAIS representa do total de ocupados.

### QUADRO 1

Trabalhadores ocupados em 1991, por COREDEs e Grupos de COREDEs

	Número de ocupados		
	RAIS 91 (A)	Censo 91 (B)	A/B
<b>Serra</b>	<b>149.103</b>	<b>300.268</b>	<b>0,50</b>
Vale do Rio dos Sinos	229.569	451.112	0,51
Metropolitano Delta do Jacuí	621.479	833.994	0,75
Paranhana	32.936	64.677	0,51
Vale do Taquari	47.039	152.083	0,31
Vale do Cai	20.014	58.633	0,34
Hortênsias	20.931	47.418	0,44
Litoral	22.201	87.685	0,25
<b>Total do Estrato 1</b>	<b>994.169</b>	<b>1.695.602</b>	<b>0,59</b>
Vale do Rio Pardo	42.252	193.842	0,22
Sul	112.969	316.125	0,36
Alto Jacuí	18.320	78.577	0,23
Campanha	27.648	74.256	0,37
Produção	54.713	198.249	0,28
Fronteira Oeste	56.027	193.491	0,29
Fronteira Noroeste	20.907	101.155	0,21
<b>Total do Estrato 2</b>	<b>332.836</b>	<b>1.155.695</b>	<b>0,29</b>
Centro-Sul	27.056	82.058	0,33
Norte	21.726	103.824	0,21
Noroeste Colonial	31.019	140.700	0,22
Central	65.154	241.782	0,27
Missões	22.553	112.774	0,20
Nordeste	16.416	74.848	0,22
Médio Alto Uruguai	7.853	83.778	0,09
<b>Total do Estrato 3</b>	<b>191.777</b>	<b>839.764</b>	<b>0,23</b>
Total RS	1.690.546	3.991.329	0,42

FONTE dos dados brutos: RAIS 1991; Censo Demográfico 1991.

Nota: nos dados da RAIS, a soma dos ocupados nos COREDEs é inferior ao total do Estado devido a registros em que o município é ignorado

## 2.2. O agrupamento dos COREDEs em estratos

No projeto em andamento, utiliza-se um agrupamento de COREDEs que foi concebido, inicialmente, para servir de critério para a escolha de regiões que serão objeto de pesquisa de campo na segunda fase da investigação, quando se pretende estudar em profundidade quatro trajetórias regionais e seus condicionantes.

Visando a articular as duas etapas da pesquisa, as estatísticas municipais até aqui levantadas nas fontes secundárias sofreram duas agregações: primeiramente, segundo a divisão do Estado em COREDEs; a seguir, pelo agrupamento de COREDEs mencionado. Por essa razão, é oportuno explicitar, aqui, o procedimento metodológico da estratificação dos COREDEs.

Tal agrupamento tomou por base o ordenamento dos COREDEs segundo um índice sintético, assim elaborado:

- a) calculou-se o PIB *per capita* em cada uma das regiões do Estado, com dados de 1990;
- b) para a região que obteve o mais alto PIB *per capita*, em 1990, atribuiu-se o valor 1; para aquela com menor PIB *per capita*, o valor zero. Para as demais regiões, o resultado foi estabelecido, oscilando entre zero e um, de forma a guardar a proporcionalidade com os extremos;
- c) o mesmo procedimento dos itens (a) e (b) foi adotado para o cálculo do emprego formal *per capita* (razão entre o total de empregados formais na região, em 1990, conforme a RAIS, e a população total da região, no mesmo ano, conforme o Núcleo de Indicadores Sociais da FEE).
- d) para cada região, calculou-se a média dos índices obtidos para PIB *per capita* e para emprego formal *per capita*, que passou a ser considerado o índice sintético das duas variáveis, relativo a 1990.
- e) os mesmos procedimentos descritos nos itens (a) a (d) foram aplicados com os dados de 1998.

Inicialmente, decidiu-se incluir na pesquisa de campo a região que, tanto em 1990 quanto em 1998, obteve o primeiro lugar no *ranking* dos índices – o COREDE Serra. Quanto às demais 21 regiões, ordenou-se o índice sintético de 1990 e estabeleceram-se três

estratos: as sete com índices mais altos, as sete intermediárias e as sete com resultados mais baixos. Considerou-se relevante eleger um COREDE de cada um desses estratos, para que a pesquisa empírica contemplasse regiões diversificadas quanto à pujança econômica, o que, pressupõe-se, se associará a diferenças qualitativas na configuração e na dinâmica dos mercados de trabalho.

A partir da estratificação que tem por base um critério sincrônico (o início da década), a definição de qual região seria estudada em cada estrato baseou-se em um critério dinâmico, ou diacrônico. Selecionou-se, de cada estrato, a região que, na comparação dos índices de 1990 e de 1998, obteve a variação mais positiva. Essa escolha deriva de um dos objetivos centrais da pesquisa, que é, a partir do estudo em profundidade de algumas regiões, identificar elementos que possam contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para os mercados de trabalho. Pressupõe-se que os COREDEs que lograram obter melhor evolução de seus indicadores de produto e de emprego terão maior probabilidade de pôr em relevo elementos “virtuosos”, potencialmente adaptáveis ou capazes de aportar “inspirações” a outras realidades.

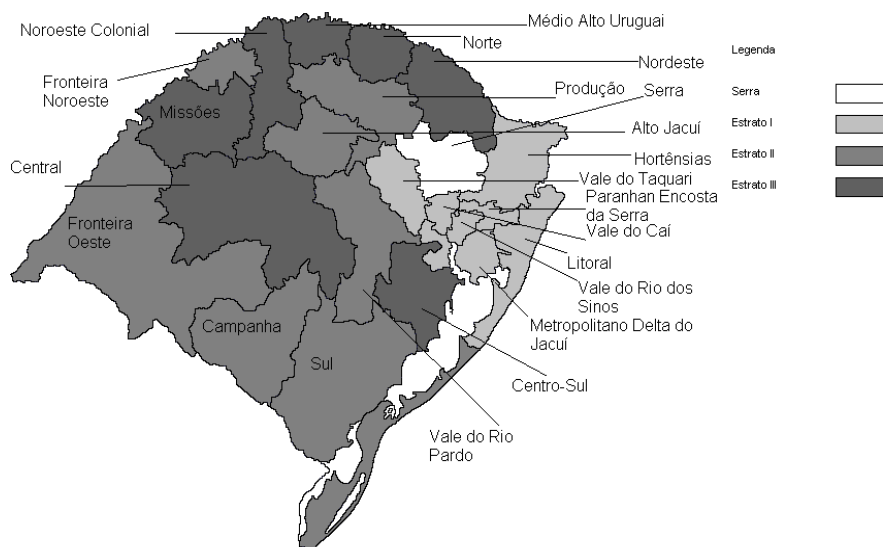
Assim, ao lado do COREDE Serra, deverão ser contempladas na segunda etapa da pesquisa as seguintes regiões: Vale do Taquari (do estrato com melhores índices, em 1990, que passa a ser chamado de estrato I); Fronteira Noroeste (do estrato intermediário, chamado de estrato II); Norte (do estrato III, que reúne as regiões com índices mais baixos em 1990).

Na análise dos diferentes indicadores consolidados para as 22 regiões do Estado, buscou-se contemplar, também, a estratificação dos COREDEs acima descrita, destacando-se a Serra e agrupando-se os dados das demais regiões conforme a classificação nos três estratos. Por agregar a pluralidade de COREDEs em um número menor de categorias, esse procedimento facilita a exposição dos resultados. Ademais, permite testar a convergência ou não dos comportamentos das regiões que integram um mesmo estrato e a existência ou não de contrastes significativos entre os estratos. Finalmente, proporciona um quadro de referência articulado com o passo seguinte da pesquisa.

Os estratos resultantes do procedimento adotado estão representados no Mapa 1. Cabe salientar que são bastante diferentes os pesos relativos desses grupos de COREDEs no total do Estado. Por exemplo, as regiões do primeiro estrato abrangem quase a metade

da população gaúcha. Essa participação destacada também pode ser observada na distribuição do PIB, da ocupação, etc. De outra parte, tem-se um “conjunto” de apenas um COREDE, o Serra, que, a despeito de sua relevância dentre as regiões do Estado, adquire, nesse tratamento por estratos, uma expressividade diminuta.

### MAPA 1 – Estratificação dos COREDES



Nesse sentido, é importante ter presente que a estratificação não tem o propósito de constituir uma nova unidade de análise que desloque o foco posto nos COREDES, tratando-se, basicamente, de um procedimento para organizar de forma mais nítida as evidências.

Ressalta-se, assim, o interesse fundamental do projeto, que é o de dar relevo às especificidades das realidades regionais, as quais, independentemente de sua representatividade no agregado do Estado, seguramente merecerão políticas públicas que contemplem a problemática do trabalho e que serão tão mais focadas e eficazes quanto maior for sua adequação às particularidades de cada mercado de trabalho.

### 3. Resultados selecionados

Embora a análise proposta para essa fase da pesquisa tenha se realizado apenas parcialmente – uma vez que ainda não se encontra disponível boa parte das tabulações do Censo 2000 –, é possível destacar alguns de seus resultados, que já permitem uma



apreensão bastante vasta das características e contrastes dos mercados de trabalho das regiões do Estado, e de sua evolução na última década.

### **3.1. PIB, PIB *per capita* e população, na década**

A década de 90, marcada, em nível nacional, pelo processo de reestruturação produtiva, caracterizou-se por taxas modestas de crescimento, fator que contribuiu para amplificar os efeitos negativos, sobre o mercado de trabalho, das transformações na economia nacional, dentre as quais se destacam a acelerada abertura comercial; a difusão, significativa embora desigual, de inovações tecnológicas e organizacionais; a estabilização monetária, a partir da metade da década; políticas econômicas bastante diversificadas, ao longo do decênio, mas predominantemente restritivas do nível de atividade.

No Rio Grande do Sul, a taxa média anual de crescimento do PIB, entre 1990 e 1998 (<sup>7</sup>), foi de 2,85% (Tabela 1). Foi grande a heterogeneidade do comportamento desse indicador nos COREDEs: a taxa oscilou de apenas 0,37%, no Litoral, até 7,05%, no Paranhana. Considerando-se a estratificação utilizada neste projeto, o Corede Serra foi aquele com melhor desempenho do PIB, que atingiu média anual de 3,60%. O Estrato I ficou em segunda posição, com a taxa de 2,68% – um pouco abaixo da estadual. Em seguida, o Estrato III teve crescimento médio anual de 2,55% e, por último, a taxa do Estrato II limitou-se a 2,35%. Embora com essa “inversão” da posição dos dois últimos estratos, os grupos de COREDEs que melhor performance tiveram, do ponto de vista do produto, foram, de forma geral, aqueles melhor posicionados no *ranking* que embasou a estratificação (o qual expressa a posição de 1990). Isso indicaria que as diferenças estruturais entre as regiões, na sua dimensão mais agregada, tenderam a ser reforçadas.

A evolução do PIB *per capita*, em uma aparente contradição, teve comportamento inverso. Considerando-se a variação acumulada entre 1990 e 1998, esse indicador teve crescimento de 10,09% para o Estado. As maiores elevações, dessa vez, se deram nos estratos inferiores: no III, o crescimento atingiu nada menos do que 34,96%; no II, 18,45%. Em contraste, o incremento do PIB *per capita* limitou-se a 6,43%, na Serra, e a apenas 2,08%, no Estrato I.

---

<sup>7</sup> A série limita-se a 1998 por ser este o último ano para o qual se dispõe dos PIBs municipais.

TABELA 1 - Variações do VAB setorial e total, do PIB per capita e da população dos COREDES variações

COREDES E ESTRATOS	VAB (1)				PIB per capita(2)	População total (3)
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços		
<b>Serra</b>	<b>3,60</b>	<b>6,17</b>	<b>4,99</b>	<b>2,84</b>	<b>6,43</b>	<b>21,09</b>
Vale do Taquari	5,90	9,48	6,63	4,52	15,38	10,80
Paranhana-Encosta da Serra	7,05	12,49	8,76	6,63	17,01	29,74
Vale do Caí	4,15	0,89	6,06	3,79	8,86	19,18
Metropolitano Delta do Jacuí	2,60	-3,21	2,80	2,44	5,05	15,14
Hortências	2,34	4,32	-0,59	3,69	4,29	17,56
Vale do Rio dos Sinos	0,81	-2,58	2,02	1,43	-10,74	17,20
Litoral	0,37	0,00	-7,38	6,71	-21,39	28,54
<b>Estrato I</b>	<b>2,68</b>	<b>3,48</b>	<b>2,59</b>	<b>2,72</b>	<b>2,08</b>	<b>16,86</b>
Fronteira Noroeste	4,21	2,38	8,74	1,08	37,43	-0,35
Produção	4,33	0,33	10,96	1,53	32,08	9,07
Alto Jacuí	2,18	-0,73	5,41	0,52	13,14	3,26
Vale do Rio Pardo	3,61	2,78	5,50	2,40	21,98	8,73
Sul	1,77	1,83	1,09	1,68	4,31	9,49
Fronteira Oeste	1,67	1,07	0,95	2,00	11,01	8,91
Campanha	2,15	2,33	0,88	0,86	9,47	6,16
<b>Estrato II</b>	<b>2,35</b>	<b>1,36</b>	<b>4,21</b>	<b>1,60</b>	<b>18,45</b>	<b>7,74</b>
Norte	4,32	1,51	8,10	2,26	34,68	3,71
Nordeste	4,76	2,79	5,85	2,93	41,85	1,68
Noroeste Colonial	3,37	2,31	8,10	0,24	34,18	-2,50
Missões	2,03	0,45	7,40	-0,77	33,51	-0,96
Centro-Sul	5,23	4,23	8,24	2,67	31,45	9,38
Central	2,62	1,90	2,02	2,80	20,77	8,21
Médio Alto Uruguai	3,33	4,28	-2,00	2,48	52,17	-7,47
<b>Estrato III</b>	<b>2,55</b>	<b>2,15</b>	<b>6,09</b>	<b>1,73</b>	<b>34,96</b>	<b>2,73</b>
<b>Total RS</b>	<b>2,85</b>	<b>2,28</b>	<b>3,47</b>	<b>2,27</b>	<b>10,09</b>	<b>11,41</b>

<sup>1</sup> Taxa de variação média anual 1990-98

<sup>2</sup> Variação acumulada 1998/1990

<sup>3</sup> Variação acumulada 1991-2000; dados de 1991 recalculados pelo IBGE e publicados com o Censo 2000

FONTES DOS DADOS BRUTOS: NCS/FEE; IBGE

A explicação para esses comportamentos divergentes dos indicadores de produto e de produto *per capita* é simples, mas serve para pôr em relevo a importância da dimensão demográfica, no estudo. A elevação relativamente maior do PIB *per capita* nos estratos II e III deveu-se, fundamentalmente, ao crescimento populacional baixo – novamente, em termos relativos – nesses grupos de regiões. Enquanto a população gaúcha cresceu 11,41%, entre 1991 e 2000, esse índice limitou-se a 2,73%, no Estrato III, e a 7,74%, no II. Já a variação no Estrato I foi mais de duas vezes superior à desse último, atingindo 16,86%. A Serra, por sua vez, teve o crescimento populacional mais acentuado: 21,09%, na década.

Portanto, mesmo que o aumento do PIB *per capita* seja maior nos estratos inferiores, deve-se ter presente que a perda de participação na população total do Estado indica escassez de dinamismo econômico e de perspectivas sociais, associada a pressões para a emigração. Das sete regiões do Estrato III – embora tenha havido acréscimos populacionais próximos ao do agregado do Estado, no Centro-Sul e no Central – três tiveram **diminuição** da população. Quando se considera que o intervalo considerado é de praticamente dez anos, esse dado é bastante contundente. No Corede Missões, a retração foi de 0,96%. No Noroeste Colonial, o recuo foi de 2,50%. O movimento mais extremo, nesse sentido, verificou-se no Médio Alto Uruguai, que, entre 1991 e 2000 perdeu 7,47% de sua população (Tabela 1).

Dentre os COREDEs que tiveram crescimento da população total em grau superior ao da média do Estado, os dois destaques são regiões do Estrato I – o Paranhana (29,74%) e o Litoral (28,54%) –, a cujas taxas se segue, por ordem, a da Serra, já mencionada.

Além do PIB *per capita*, matematicamente afetado por essas diferenças na evolução populacional, deve-se ter presente que a dinâmica demográfica é um fator decisivo para conformar as condições gerais do mercado de trabalho, estando associada à pressão por postos de trabalho, ao mesmo tempo que sinaliza a forma como as potencialidades de desenvolvimento são percebidas pelos atores sociais.

Retomando-se as evidências sobre o produto, cabe destacar que a indústria foi, no Estado, o setor com melhor desempenho no VAB. A taxa média anual de crescimento, no período 1990-1998, foi de 3,47%. Esse setor pode ser considerado aquele que melhor aproximação permite acerca dos impactos da reestruturação produtiva. Nele, a performance do produto das regiões foi ainda mais heterogênea do que no PIB total. Desta vez, houve três COREDEs com taxas médias anuais negativas (Hortências: -0,59%; Médio Alto Uruguai: -2,00%; Litoral: -7,38%). Também as taxas máximas foram bem mais elevadas do que as verificadas no PIB global – em seis regiões elas superaram os 8% a.a.. No estrato I, este é o caso do Paranhana (8,76%); no estrato II, da Fronteira Noroeste e do Produção (8,74% e 10,96%, respectivamente); no estrato III, do Norte, do Noroeste Colonial e do Centro-Sul (8,10; 8,10 e 8,24%, respectivamente).

### **3.2. PIA, PEA, ocupação e desemprego em 1991**

Conforme foi referido, a pesquisa, até o momento, ressentia-se do fato de não terem sido publicadas pelo IBGE as tabulações relativas a mão-de-obra do Censo 2000. A equipe optou por avançar na análise dos dados de 1991, ao aguardo da possibilidade de contemplar os movimentos ocorridos na década. Foram construídos, para cada região, os principais indicadores relativos ao mercado de trabalho (PIA, PEA, taxa de participação, taxa de desemprego, distribuição setorial da ocupação, etc.), contemplando-se o cruzamento com atributos dos trabalhadores – escolaridade, gênero e idade –, sempre que disponíveis. De uma forma geral, o que pode ser destacado é um elevado grau de heterogeneidade entre as regiões.

Selecionam-se, aqui, alguns desses resultados. Iniciando-se por aquela dimensão que pode ser considerada a mais sintética, para a aferição da realidade do mercado de trabalho, constata-se que a taxa de desemprego do Estado atingia 3,42% naquele ano, apresentando significativas diferenças entre as regiões. O menor nível de desemprego estava localizado no Vale do Taquari (1,24%), enquanto o limite superior recaía na Campanha (7,34%). Assim, a taxa mais alta era quase seis vezes superior à mais baixa. Esse raio de variação, por si mesmo, expressa de forma cabal a importância de abordagens regionalizadas sobre os mercados de trabalho (Tabela 2).

Quando se tomam os grupos de COREDEs, a Serra detinha o menor nível de desemprego (2,0%), mas, para os outros três estratos, os índices se mostraram decrescentes. O Estrato I tinha taxa de 3,93%; o II, de 3,47%, o III, de 2,82%. Vale enfatizar que a distância entre as taxas é bem menos expressiva do que a verificada no elenco das 22 regiões, e, também, que o comportamento das taxas dentre os COREDEs de um mesmo grupo é bastante heterogêneo. Vale dizer: quanto a essa variável fundamental da investigação, a estratificação dos COREDEs aqui utilizada não se demonstra particularmente expressiva.

## MAPA 2 – taxas de desemprego nos COREDEs - 1991



Fonte: Censo Demográfico, 1991.

A taxa de participação (percentual dos integrantes da PIA que participam da PEA) é uma categoria importante a ser cotejada com as taxas de desemprego, embora, analiticamente, essa associação possa expressar nexos bastante distintos, e até contraditórios.

Poder-se-ia pressupor, por exemplo, que taxas de participação elevadas significariam um alto nível de pressão sobre o mercado de trabalho, e que, portanto, seria razoável encontrar correlação positiva entre elas e as taxas de desemprego. Os resultados do Censo de 1991 não sustentam esse raciocínio. Tomando-se os agrupamentos de COREDEs, constata-se que a maior taxa de participação (62,48%) ocorria na Serra, que, entretanto, detinha o menor nível de desemprego. De fato, nos outros três estratos, observa-se que as taxas de participação são decrescentes, da mesma forma que as de desemprego. Entretanto, as diferenças das taxas de participação nesses estratos são muito pouco expressivas (variando entre 55,37% e 57,07%). Ademais, em sentido contrário à hipótese de correlação

positiva, há uma outra evidência emblemática: quando se consideram os COREDEs individualmente, aquele com maior taxa de desemprego, a Campanha, tem a menor taxa de participação (49,88%), ao passo que o de menor taxa de desemprego, o Vale do Taquari, tem a mais alta taxa de participação (66,13%).

**TABELA 2 - Indicadores selecionados dos mercados de trabalho dos Coredes em 1991**

	Taxa de desemprego	Taxa de participação (PEA/PIA)	Participação dos indivíduos com escolaridade inferior ao fundamental na PIA	Participação da agropecuária no total de ocupados	Participação da indústria de transformação no total de ocupados	Participação das mulheres no total de ocupados
<b>Serra</b>	<b>2,00</b>	<b>62,48</b>	<b>71,05</b>	<b>15,91</b>	<b>36,58</b>	<b>37,46</b>
Vale do Taquari	1,24	66,13	80,69	40,36	23,07	31,85
Paranhana-Encosta da Serra	4,15	64,36	83,38	12,66	54,09	27,89
Vale do Caí	2,71	58,48	79,00	29,17	29,25	38,61
Metropolitano Delta do Jacuí	4,45	55,10	58,45	1,75	15,37	34,34
Hortências	3,54	56,12	80,29	24,37	27,52	36,31
Vale do Rio dos Sinos	4,11	58,17	73,20	1,82	42,64	39,10
Litoral	3,47	52,95	80,44	24,07	11,13	40,01
<b>Estrato I</b>	<b>3,93</b>	<b>57,07</b>	<b>67,35</b>	<b>8,38</b>	<b>25,39</b>	<b>37,84</b>
Fronteira Noroeste	2,22	62,43	78,07	52,78	8,03	34,86
Produção	3,04	57,12	74,87	35,95	9,97	31,10
Alto Jacuí	2,68	54,71	76,27	34,77	6,42	37,81
Vale do Rio Pardo	1,55	63,85	82,02	50,84	15,73	31,38
Sul	4,03	53,32	76,17	27,41	11,31	35,55
Fronteira Oeste	4,30	51,09	71,88	18,82	7,39	33,42
Campanha	7,34	49,88	71,84	20,99	7,57	38,72
<b>Estrato II</b>	<b>3,47</b>	<b>55,59</b>	<b>75,83</b>	<b>33,67</b>	<b>10,31</b>	<b>34,67</b>
Norte	1,51	64,18	79,75	51,95	10,18	33,26
Nordeste	3,41	56,06	79,80	46,57	9,02	30,57
Noroeste Colonial	2,67	57,25	80,26	48,85	7,48	30,95
Missões	3,52	54,51	79,05	45,65	5,54	33,13
Centro-Sul	3,06	52,37	83,42	37,51	12,20	31,91
Central	3,17	51,53	72,69	28,99	6,42	34,07
Médio Alto Uruguai	1,98	58,94	86,10	66,20	4,07	37,81
<b>Estrato III</b>	<b>2,82</b>	<b>55,37</b>	<b>78,52</b>	<b>43,50</b>	<b>7,51</b>	<b>33,33</b>
<b>Total RS</b>	<b>3,42</b>	<b>56,63</b>	<b>72,49</b>	<b>23,66</b>	<b>18,10</b>	<b>35,94</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro: IBGE

Em um segundo exemplo, de sentido oposto, haveria fundamento para esperar uma correlação negativa entre taxa de participação e taxa de desemprego, a partir de um argumento referente à metodologia dos levantamentos do IBGE. Se uma taxa de desemprego elevada expressa condições adversas para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, pode-se imaginar que muitos indivíduos, desestimulados pelo insucesso, deixem de procurar ativamente emprego ou ocupação, embora necessitassem e/ou desejassem encontrar um posto de trabalho. Sob esse ponto de vista, a uma taxa elevada de desemprego aberto, associar-se-ia uma taxa também elevada de desemprego oculto pelo desalento<sup>8</sup>. Porém, a metodologia do IBGE não contempla essa modalidade de

<sup>8</sup> Sobre essas diferenças na metodologia de mensuração do desemprego, ver TROYANO et al, 1985.

desemprego, de forma que um indivíduo que não tenha trabalhado e nem procurado emprego nos períodos de referência do levantamento é considerado inativo. Deixa, portanto, de integrar a PEA, tendendo a reduzir a taxa de participação.

Tampouco essa correlação negativa pode ser afirmada pelos resultados dos COREDEs do Estado. Esses dois exemplos de hipóteses articulando as taxas de participação e aquelas de desemprego, bem como a inadequação de ambos ante a realidade das regiões do Rio Grande do Sul, põem em relevo a complexidade e a pluralidade dos condicionantes que operam nos mercados de trabalho.

Outro aspecto que se buscou investigar a partir do Censo foi a distribuição setorial da ocupação, que dá características bastante diversas aos mercados regionais de trabalho. A participação do Setor Terciário na estrutura ocupacional sofre menor variação, na comparação interregional, do que a do Setor Primário e do Setor Secundário. As ocupações ligadas à agropecuária, que no Estado correspondiam a 23,66 do total, em 1991, atingiam participação de até 66,2% – situação do Médio Alto Uruguai –, tendo como ponto mínimo, por sua vez, apenas 1,8%, nos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Sinos. Quanto à indústria de transformação, principal segmento do Secundário, ela chegava a representar mais da metade do total de ocupados (54,09%), no Paranhana, ao mesmo tempo em que se limitava a 4,07%, no Médio Alto Uruguai. Para o agregado do Estado, sua participação era de 18,10%.

Sob o ponto de vista da estrutura setorial da ocupação, os resultados para os estratos de Coredes oferecem um nítido contraste. No caso das ocupações primárias, os resultados dos grupos I, II e III obedecem a uma clara “gradação” e mostram-se distantes entre si: 8,38%, 33,67% e 43,50%. O indicador, para a Serra, localiza-se entre os dos primeiros dois grupos (15,91%). No caso da indústria de transformação, embora o intervalo de variação não seja tão acentuado, é também possível reconhecer um comportamento “ordinal”, conforme os estratos. Nesse caso, a liderança é da Serra, em que o setor abarcava 36,58% dos ocupados. A seguir, na ordem dos grupos, os percentuais eram de 25,39%, 10,31% e 7,51%.

Embora as discrepâncias no interior de cada estrato sejam suficientemente expressivas para desautorizar conclusões reducionistas, pode-se observar, nesse nível de

agregação que agrupa os Coredes em estratos, diferenças expressivas em alguns indicadores do perfil da PIA e dos ocupados.

A participação das mulheres no total de ocupados atingia 37,46% na Serra e 37,8% no Estrato I; decrescia para 34,7% no Estrato II e, finalmente, para 33,3% no Estrato III (Tabela 2).

Também a escolaridade da PIA parece “acompanhar” a estratificação efetuada no conjunto de regiões. Nesse quesito, muito evocado na bibliografia a respeito da reestruturação produtiva, a situação do Estado, em 1991, era bastante frágil: do total da PIA, 72,49% dos indivíduos tinham escolaridade inferior ao Ensino Fundamental completo. A pior situação era a do Médio Alto Uruguai, em que esse percentual atingia 86,10%; a menos grave era a do Metropolitano, com 58,45%. Os dados por estratos de Coredes mostraram uma vez mais um ordenamento: esse segmento menos escolarizado representava 67,35% da PIA do grupo I; 75,83% da do grupo II, e 78,52% do grupo III. O índice da Serra, outra vez, situava-se entre o dos dois primeiros grupos (71,05%).

### **3.3. O emprego formal e sua evolução**

Mesmo que a RAIS apreenda apenas os vínculos formais de trabalho, restringindo-se portanto a uma parcela do mercado de trabalho – parcela esta, conforme foi destacado, bastante desigual, em termos relativos, quando se comparam os 22 Coredes –, trata-se de uma fonte valiosa, por, pelo menos, três razões. Primeiramente, ela destaca uma secção dos mercados de trabalho positivamente diferenciada, em um contexto em que a informalidade e a precariedade da inserção dos trabalhadores atinge graus elevados (Xavier Sobrinho et alii, 2000). Em segundo lugar, é muito rica e pormenorizada em classificações setoriais, informações sobre os atributos dos trabalhadores e os vínculos de trabalho, sobre a estrutura ocupacional, etc. Por fim, enquanto se aguardam os dados do Censo 2000, trata-se da única fonte disponível, com dados municipalizados, para sustentar uma apreensão da dinâmica dos mercados regionais de trabalho na década de 90.

A abordagem da evolução do emprego formal nos 22 Coredes amplificou a percepção da diversidade das realidades vivenciadas nos mercados de trabalho das regiões gaúchas (Tabela 3). Enquanto o Estado perdeu, entre 1989 e 1999, 3,42% de seus postos de trabalho formais, houve, em diversas regiões, acréscimos extremamente elevados. Em cinco delas o percentual de aumento ultrapassou 30%: Paranhana (30,96%), Vale do Cai



(40,33%), Norte (42,30%), Médio Alto Uruguai (49,53%) e Litoral (53,04%). No extremo oposto, destacam-se, pela retração do mercado formal, o Centro Sul (-24,68%), o Sul (-19,52%), a Campanha (-14,88%) e o Vale do Sinos (-11,46%).

**TABELA 3 - Variação do emprego formal total e em setores selecionados nos Coredes - 1989-99**

COREDES E ESTRATOS	Total	setores selecionados		
		Indústria de transformação	Agropecuária	Serviços
<b>Serra</b>	<b>7,75</b>	<b>-9,93</b>	<b>101,10</b>	<b>39,01</b>
Vale do Taquari	10,07	8,78	5,07	-16,71
Paranhana-Encosta da Serra	30,96	20,55	792,00	71,58
Vale do Caí	40,33	33,55	238,41	80,16
Metropolitano Delta do Jacuí	-9,22	-36,17	68,45	-0,63
Hortências	2,91	-22,52	358,89	10,45
Vale do Rio dos Sinos	-11,46	-28,58	115,09	24,82
Litoral	53,04	43,77	670,56	97,03
<b>Estrato I</b>	<b>-5,00</b>	<b>-20,96</b>	<b>101,51</b>	<b>5,80</b>
Fronteira Noroeste	11,55	15,05	73,35	0,77
Produção	16,04	22,82	144,76	17,18
Alto Jacuí	16,54	-9,84	243,87	-9,06
Vale do Rio Pardo	10,16	-5,97	263,44	19,50
Sul	-19,52	-46,96	38,44	-17,42
Fronteira Oeste	-6,70	-36,15	366,22	-19,55
Campanha	-14,88	31,05	191,32	-31,17
<b>Estrato II</b>	<b>-3,65</b>	<b>-17,84</b>	<b>147,80</b>	<b>-8,37</b>
Norte	42,30	43,56	318,88	28,96
Nordeste	6,86	-17,12	162,16	-15,45
Noroeste Colonial	1,62	-6,98	150,00	-6,86
Missões	-1,83	-15,97	409,41	-14,72
Centro-Sul	-24,68	-30,04	318,47	-42,71
Central	5,51	35,76	275,81	13,01
Médio Alto Uruguai	49,53	110,81	141,31	38,15
<b>Estrato III</b>	<b>5,33</b>	<b>7,15</b>	<b>232,67</b>	<b>-2,92</b>
<b>Total RS</b>	<b>-3,42</b>	<b>-18,18</b>	<b>148,23</b>	<b>3,47</b>

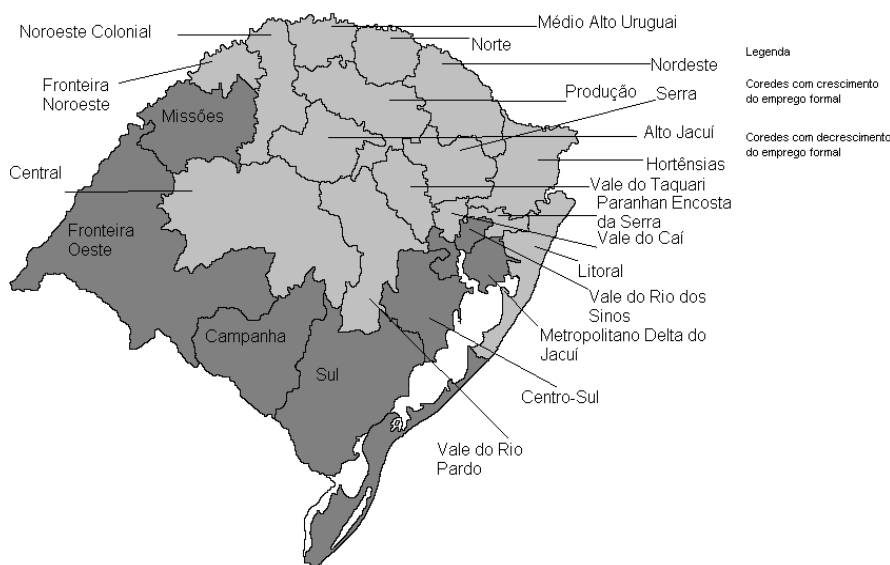
FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

A comparação entre os desempenhos dos estratos de Coredes distingue a Serra com a variação mais positiva (7,75%). Conforme foi esclarecido anteriormente, essa região é tratada à parte na estratificação, mas, tendencialmente, seria de se esperar dela resultados mais próximos aos do Estrato I, em função dos critérios utilizados para os agrupamentos de COREDES. No caso em questão, verifica-se, inversamente, um forte contraste: o grupo I teve a mais forte retração do emprego formal (-5,00%). O estrato seguinte teve redução menos pronunciada (-3,65%), e, finalmente, o Estrato III mostrou aumento de 5,33%. A

acentuada discrepância dos comportamentos dos Coredes dentro de cada grupo, ademais, desestimula associações entre a evolução do emprego formal e os critérios de estratificação das regiões.

Entretanto, merece menção que outra evidência se apresentou, na análise desses resultados referentes à evolução do emprego formal, na década: quando se espacializam as variações do contingente de trabalhadores formais, subdividindo-as entre positivas e negativas, percebe-se que as regiões com resultados mais favoráveis formam uma “mancha” contínua, que corresponde ao Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul – contornando, sem incluir, os Coredes Metropolitano e Vale do Sinos. Essas duas últimas regiões, que têm grande peso na distribuição do emprego estadual, integram a “porção” territorial com resultados mais negativos, que compreende parte do Centro do Estado e estende-se para o Sul.

MAPA 3 – Evolução do emprego formal nos Coredes – 1989-99



Fonte: RAIS - MTE

Essa constatação, na presente etapa da pesquisa, limita-se ao registro, merecendo uma análise e um tratamento mais detidos, sobretudo por reforçar uma percepção, bastante difundida em estudos sobre o Rio Grande do Sul, de polarização entre o Norte e o Sul.

#### **4. Considerações Finais**

Nessa etapa da pesquisa do NET, foi consolidado um significativo arsenal de conhecimentos, que aqui se procurou ilustrar, sobre o mercado de trabalho de cada Corede, pondo em relevo uma heterogeneidade considerável entre as diferentes porções do território gaúcho. A apreensão concreta dessa diversidade é, por si mesma, um elemento importante para que se aprimorem as formas de intervenção, públicas e privadas, sobre a realidade do trabalho no Estado.

A análise do vasto manancial de dados tentou identificar ou conferir alguma unidade à variedade dos resultados obtidos, nas diferentes variáveis relativas ao mercado de trabalho e à estrutura produtiva, para as 22 regiões. A estratificação que foi utilizada para formar grupos de Coredes foi constantemente “testada”, nesse esforço. Com o mesmo intuito, foi realizada uma pluralidade de cruzamentos entre variáveis consideradas chave. Todos esses procedimentos – em que pese às inúmeras sugestões interessantes que aportaram – tiveram como um saldo comum a convicção de que não é possível reduzir a diversidade dos mercados regionais de trabalho a um, ou a um pequeno número de fatores determinantes. Os dados secundários, nesse sentido, embora de fundamental importância para uma primeira aproximação, estão longe de esgotar a compreensão dos elementos que condicionam estruturas e trajetórias tão diferenciadas.

Neste sentido, a expectativa de novos avanços na consecução dos objetivos do projeto, a par da tarefa de contemplar as informações secundárias ainda não obtidas, recai, especialmente na realização da pesquisa de campo.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BASTOS, Raul Luis A. (2000) Emprego e produtividade na Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v.28, n.1, p.137-180.

- BASTOS, Raul Luis A. (2002). Produto e Emprego nas Regiões do Rio Grande do Sul, nos anos 90: uma abordagem exploratória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v.29, n.4, p.245-271.
- DE TONI, Miriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1998). DESAFIOS DO EMPREGO. PROJETO RS 2010/EMPREGO. Porto Alegre: SCP: FEE: METROPLAN.
- FLIGENSPAN, Flávio (org). **Economia Gaúcha e Reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.
- JORNADA, Maria Isabel H. da (2001) Rendimentos no mercado de trabalho formal no RS e em suas regiões. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v.28, n.4, p.228-249.
- STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H. da & XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2000). O emprego formal no RS nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v.27, n.4, p.209-248.
- STERNBERG, Sheila S. Wagner. (2000) O emprego formal no Corede Vale do Rio dos Sinos: uma trajetória marcada pela forte retração do emprego industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v.28, n.2, p.248-283.
- TROYANO, A. et alii (1985). A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE.
- XAVIER SOBRINHO et alii. Mercado de Trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. IN: FLIGENSPAN, Flávio (org). **Economia Gaúcha e Reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1998). Dez anos de emprego formal no Rio Grande do Sul – uma seleção de indicadores da RAIS. **Indicadores econômicos FEE**, v. 26, n. 3, Porto Alegre: FEE , p. 47-69.